

## **Atividade Assíncrona 05**

Título do Trabalho de Pesquisa:

Explique o que Tica Moreno deseja abordar e desenvolver no ensaio, o problema

### **Feminismo contra o capitalismo**

O estudante deverá elaborar um trabalho analítico-descritivo em que destacará os elementos mais importantes do texto, em anexo. Depois disso, o estudante deverá fazer uma reflexão-crítica dos pontos mais importantes que julgar existentes no texto.

**Dica de como elaborar uma boa resenha:** <https://www.todamateria.com.br/resenha-critica/>

A resenha deverá ter entre trinta a quarenta linhas.

O trabalho deverá ter o seguinte formato:

- Fonte 12
- Letra Times New Roman
- Espaço 1,5
- Parágrafo 1
- Margens 2cm (esquerda, direita, superior e inferior)
- Texto justificado
- Texto em PDF.

O trabalho vale de zero a vinte pontos.

**A avaliação qualitativa-quantitativa do trabalho levará em conta o respeito às regras acima.**

Boa pesquisa, Trotta.

# OS DESAFIOS DO FEMINISMO MARXISTA NA ATUALIDADE

**Dossiê Temático**  
**organizado por *marxismo21***

Amanda Menconi • Annabelle Bonnet • Arelys Esquenazi • Daniele  
Cordeiro Motta • Elaine Bezerra • Iriana Cadó • Joana El-Jaick Andrade •  
Lívia Moraes • Maria Amélia de Almeida Teles • Maria Betânia Ávila •  
Maria Lygia Quartim de Moraes • Mary Garcia Castro • Nalu Faria •  
Natalia Romé • Santiane Arias • Tica Moreno • Verônica Ferreira

2020

---

Martuscelli, Danilo Enrico (org.)

Os desafios do feminismo marxista na atualidade / Danilo Enrico Martuscelli (org.)

- 1. ed. - Chapecó, Coleção marxismo21, 2020.

ISBN: 978-65-00-02583-5

1. Teoria marxista. 2. Feminismo. 3. Classes sociais. 4. Lutas Sociais. Título

---

Esta publicação está disponível para download gratuito no formato PDF.

A revisão e padronização foram feitas pelos próprios autores/autoras.

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores/autoras. É permitida a reprodução desta obra, desde que citada a fonte.

Reproduções para fins comerciais são proibidas.

Capa e diagramação: Alexandre Marinho Pimenta (marxismo21).

*Blog marxismo21 - divulgando a produção teórica marxista no Brasil contemporâneo*

## Feminismo contra o capitalismo

Tica Moreno\*

As relações entre feminismo e marxismo são de tempos em tempos revisitadas, particularmente em momentos de expansão da capacidade de mobilização das mulheres e em tempos de crise. É o que tem acontecido atualmente, com esses dois fatores coincidindo temporalmente. Circulam vários textos e manifestos que retomam e atualizam os debates do feminismo marxista. Muitos partem de intelectuais feministas do norte global, mas também há produções que vêm do sul. Traduções em diálogo com a elaboração em cada realidade concreta podem ter como resultado potentes sínteses políticas. Um desafio é que essas análises extrapolem os circuitos identificados como feministas e informem o pensamento marxista. Outro desafio, nem sempre colocado, é o de dar conta de que esses aportes se concretizem em processos organizativos e de luta, o que muitas vezes é difícil quando se descola teoria e prática política.

Essas notas foram escritas observando os enlaces entre prática política organizada e elaboração teórica. Lutas anticapitalistas, numa perspectiva latino-americana, são tomadas como referência para iluminar as pistas que as resistências das mulheres, em movimentos organizados, indicam para o feminismo marxista, e para a esquerda socialista de forma geral.

Nessa parte do mundo, os povos compartilham uma história de dominação colonial e de ingerência estadunidense que se reatualizam no presente, com imposições do Fundo Monetário Internacional, golpes, tratados de comércio e investimento e o avanço violento das empresas transnacionais sobre os territórios. Nas resistências a todos esses ataques encontramos as mulheres em movimento. As referências para o debate proposto nestas notas extrapolam o que se autointitula feminismo marxista, incorporando sujeitos que se definem como anticapitalistas, socialistas, e inserem suas lutas no enfrentamento ao capitalismo racista e patriarcal. Estas são reflexões e questões

---

\* Militante da Marcha Mundial das Mulheres, integrante da SOF Sempre Viva Organização Feminista e doutora em sociologia pela USP. Email: tica@riseup.net.

inseridas em processos coletivos de debate, particularmente no âmbito da Marcha Mundial das Mulheres e das alianças que este movimento constrói na América Latina.

Os argumentos das mulheres que resistem ao avanço das empresas transnacionais são os fios condutores utilizados para dialogar com algumas das questões propostas para reflexão nesse dossiê. O texto se inicia com as contribuições feministas para a análise contemporânea do capitalismo, ou seja, com as contribuições do feminismo anticolonialista para um marxismo feminista. Em seguida, concentrando na crítica ao poder corporativo, identificamos pontos de contradição entre o feminismo anticolonialista e correntes liberais do movimento.

### **O capital contra a vida**

As feministas anticolonialistas não podem prescindir de Marx, mas é preciso ir além e formular análises marxistas sobre as lacunas e ausências (FEDERICI, 2018). Feministas, antirracistas, ecossocialistas acumularam ao longo de décadas análises das quais o marxismo tampouco pode prescindir. Nunca é demais recuperar a crítica feminista, como também das lutas anticoloniais, que, apesar de muito invisibilizadas e pouco integradas ao marxismo, tem muito a contribuir.

Fundamentalmente, quando marxistas focam apenas no trabalho assalariado e na produção como locus da análise do capitalismo, grande parte dos trabalhos que produzem o viver e sustentam a economia fica de fora. Ou seja, tanto a análise do capitalismo como também as ferramentas e instrumentos políticos para a transformação ficam incompletas quando o trabalho não remunerado e as trabalhadoras/es que os realizam são excluídos da análise e, conseqüentemente, de sua consideração como sujeitos da luta anticolonialista. A análise dos processos constitutivos da reprodução social é fundamental para uma visão ampliada do capitalismo racista e patriarcal. E, a essa visão ampliada do capitalismo, precisa corresponder uma visão ampliada de luta de classes, e portanto, de classe (FRASER e JAEGGI, 2018).

A perspectiva da sustentabilidade da vida recupera, dá visibilidade e analisa os processos de trabalho que sustentam as condições de possibilidade da vida.<sup>72</sup> Não se

---

<sup>72</sup> Essa perspectiva provém de economistas feministas identificadas com a corrente rupturista, entre elas Cristina Carrasco e Amaia Pérez Orozco. Ver, por exemplo: Orozco (2014). A perspectiva da sustentabilidade da vida dialoga em grande medida com as elaborações recentes do feminismo marxista anglosaxão da reprodução social (por exemplo, expostas no livro *Social Reproduction Theory: Remapping class, recentering oppression*, organizado por Tithi Bhattacharya (2017). Não considero

trata de uma redução aos limites da sobrevivência, ou da reprodução das condições para a produção, mas de evidenciar os conflitos e relações sociais de exploração, opressão e dominação que organizam a reprodução social.

Na base material das relações sociais está a combinação de formas da divisão social do trabalho: internacional, sexual e racial. As formas pelas quais essas divisões se apresentam em cada momento podem ser diversas, mas mantêm seus princípios de separações e hierarquizações.<sup>73</sup> Para uma perspectiva materialista histórica, vale retomar que a conformação do capitalismo industrial e dos termos da exploração da classe trabalhadora assalariada dependeu da extração de recursos e da produção de matérias-primas nos territórios colonizados, na base do trabalho escravizado e da expropriação, com boa parte do mundo sob o domínio da colonização. Também coincide com séculos de colonização das Américas, a construção dos ideais de família heteropatriarcal, de maternidade e feminilidade sobretudo para as mulheres burguesas na Europa, enquanto mulheres negras escravizadas tinham seus corpos violados e humanidade negada (MIES, 1997).

A compreensão do racismo estrutural das sociedades capitalistas na América Latina contribui para ampliar a perspectiva da sustentabilidade da vida. A separação rígida entre as esferas da produção e da reprodução, do público e do privado-doméstico vinculado a um ideal de família heteropatriarcal, assim como a invisibilização permanente dos nexos entre os processos de reprodução social são questionados pelas feministas marxistas. Sem o trabalho doméstico e de cuidado a vida não é possível, assim como a “produção” capitalista não se viabiliza, porque sem a garantia da reprodução da vida não é possível ter trabalhadoras e trabalhadores produzindo todos os dias mercadorias, bens e serviços em todo o mundo. Esse trabalho é realizado majoritariamente pelas mulheres sem nenhuma remuneração, e, quando é remunerado, tanto nas casas como no serviço de limpeza de empresas, escolas, prédios públicos, os salários são baixos, a maioria das trabalhadoras são mulheres negras e imigrantes ou migrantes.

Mas a perspectiva da sustentabilidade da vida não se restringe ao trabalho não remunerado e sua indissociabilidade com o trabalho assalariado: o questionamento em

---

contraditórios, apesar de que há distintas visões sobre os termos dessas análises. Tomo como referência a perspectiva da sustentabilidade da vida e os termos do debate mobilizados pela Marcha Mundial das Mulheres.

73 Danièle Kergoat é uma referência fundamental para a elaboração sobre a divisão sexual do trabalho e a dinâmica e consubstancialidade das relações sociais.

torno a quais os processos e relações que sustentam a vida engloba todos os trabalhos e processos que produzem o viver, inclusive a natureza não humana. Essa perspectiva evidencia a interdependência entre as pessoas e a ecodependência na relação com a natureza, que está na base da cadeia de sustentação da vida. Os limites da natureza ao processo de expansão capitalista está cada vez mais evidente, entre crises e colapsos relacionados com a finitude de recursos, mas também com os tempos de regeneração dos bens comuns. As convergências entre feminismo e ecossocialismo põem em relevo as bases e elos de sustentação da vida/reprodução social, e oferecem pistas para a superação de visões estreitas de economia e para a renovação do marxismo nos nossos tempos.

Existe uma contradição estrutural entre o processo de acumulação do capital e a sustentabilidade da vida, formulado nos termos de um conflito do capital contra a vida. Não se trata de uma crise conjuntural, mas de contradições básicas da estrutura socio-reprodutiva do capitalismo (FRASER, 2015), aproximando em certo sentido países do sul e do norte, apesar de que os termos dessa contradição sejam vivenciados de maneiras distintas em cada parte do mundo, e conforme as dinâmicas imbricadas das relações de classe, raça e gênero no interior de cada país. As disputas em torno dos eixos do conflito do capital contra a vida são estratégicas nas apostas de lutas emancipatórias, que têm os desafios de enfrentar a conjuntura sem perder o horizonte de transformação estrutural que orienta as lutas anticapitalistas e socialistas.

Enfrentamos um novo impulso aos processos de espoliação e mercantilização que amplia os mesmos mecanismos violentos de acumulação capitalista, o acaparamento da natureza e controle dos territórios; a exploração e apropriação da renda e dos direitos das trabalhadoras e trabalhadores; o disciplinamento e controle sobre o corpo e a vida das mulheres; e a militarização. A criminalização e violências, notadamente militar, racista e misógina, são instrumentos desse sistema, reforçado pela despolitização e controle da informação (MMM, 2015).

O genocídio da juventude negra no Brasil, a violência contra as populações indígenas e o encarceramento em massa são evidências do racismo deste sistema. A resistência das mulheres aos ataques contra sua autonomia é vista em muitas partes, especialmente questionando a violência e o controle sobre o corpo e a sexualidade. Não é uma questão individual, como a violência nunca foi. Compreender as causas sistêmicas das violências e enfrentá-las como um todo, sem separar as lutas contra a violência patriarcal e racista das lutas anticapitalistas é um desafio. Para o feminismo

anticapitalista, e marxista em particular, trata-se de construir agendas e processos organizativos que articulem essas lutas fundamentais com a crítica ao capitalismo racista e patriarcal. Esse desafio está colocado, e as pistas a partir de lutas concretas são importantes. Por toda a América Latina, encontramos mulheres que defendem, junto a suas comunidades, seus territórios<sup>74</sup> barrando o avanço de megaprojetos de empresas transnacionais. Colocar nomes nos protagonistas dos ataques do capital contra a vida, se mostra uma importante estratégia, não a única, para um feminismo internacionalista, enraizado em processos territorializados.

### **Crítica ao poder corporativo e as armadilhas da gramática feminista liberal**

A concentração de riqueza e poder das empresas transnacionais alcançou, no neoliberalismo, um patamar inédito na história do capitalismo. O que chamamos de poder corporativo engloba tanto as empresas transnacionais como demais atores que operam processos políticos e econômicos, legais e ilegais, além de se capilarizar em Estados e organismos internacionais (FERNÁNDEZ, 2016). O poder corporativo vai muito além de um poder estritamente econômico, impulsiona e impõe agendas políticas, culturais e jurídicas em âmbito internacional.

O *modus operandi* do poder corporativo articula essas diferentes esferas, buscando ampliar o consentimento e legitimação do protagonismo das empresas na organização da vida. Colam sua imagem em uma narrativa de sustentabilidade e desenvolvimento tecnológico e tentam se desvincular das atrozidades violações sistemáticas que acontecem ao longo das cadeias globais de produção. Roubam conhecimentos tradicionais, privatizam e reorientam conhecimentos produzidos em universidades, colocando tudo na lógica do patenteamento e propriedade intelectual, sempre um capítulo fundamental nos tratados comerciais. A dimensão jurídica do poder corporativo extrapola os limites dos Estados, constituindo as normativas globais por meio de tratados e resoluções vinculantes nos organismos internacionais. Aí se combinam diferentes lógicas e interesses, desde os Estados de origem até os que se situam nas pontas das cadeias e competem entre si por investimentos com agendas de desregulamentação.

---

74 A defesa dos territórios compreende “os nossos corpos, o lugar onde vivemos, trabalhamos e desenvolvemos nossas lutas, nossas relações comunitárias e nossa história” (MMM, 2015)



Fazem parte dessa agenda os tratados de comércio e investimento, instrumentos de disputa geopolítica de hegemonia e controle de territórios, recursos e bens comuns. O acúmulo feminista anticapitalista nessa agenda indica que, olhar para as realidades em que a exploração e as violações se apresentam de formas agudas (como entre as imigrantes que trabalham em oficinas de confecção, as trabalhadoras domésticas e diaristas, assim como as trabalhadoras das empresas terceirizadas de limpeza, ou as vendedoras de cosméticos que não são consideradas trabalhadoras de grandes empresas, as que estão na informalidade, e a lista poderia ir além), nos permite vislumbrar onde as mudanças impulsionadas pelo neoliberalismo pretendem nos levar, ou seja, a generalização da precariedade (FARIA e MORENO, 2017). Essa perspectiva considera, portanto, a imbricação das relações constitutivas do capitalismo racista e patriarcal.

A violência é um instrumento estrutural desse sistema. E, onde as empresas transnacionais encontram obstáculos, colocados por sujeitos coletivos em luta, utilizam violência, tentativas de cooptação, perseguição e assassinato das lideranças. Com estruturas estatais a serviço das elites empresariais, a criminalização da pobreza e daqueles que a combatem está se expandindo pelo continente, especialmente em países governados pela extrema-direita.

O enfrentamento ao poder corporativo pode ser uma expressão concreta da luta feminista anticapitalista, e nestas lutas são elaboradas, na prática, as conexões entre o feminismo e as dimensões ecológicas críticas à acumulação capitalista. A presença das grandes empresas de mineração e do agronegócio nos territórios expulsa trabalhadores/as que perdem as terras para produção de alimentos e geração de renda, instaurando uma disputa pelos comuns como a água e a biodiversidade. As mulheres enfrentam mais dificuldades para garantir a produção cotidiana do viver e a sustentabilidade da vida, assim como o aumento da violência e a exploração sexual. A resistência feminista denuncia as formas pelas quais o corpo das mulheres é utilizado para amortecer os impactos da superexploração do trabalho e da destruição do território (MARCELINO, FARIA e MORENO, 2014). No mesmo sentido, não são atacadas apenas as terras, mas o modo de produção e a vida das comunidades tradicionais e camponesas, que resistem às transnacionais ao mesmo tempo que constroem, na prática, as alternativas agroecológicas que alimentam a população, estratégia na luta por soberania alimentar.

Nas lutas contra o poder corporativo, para barrar a expansão da atuação dessas empresas, liberar territórios onde as mesmas se instalaram e dismantelar as estruturas

desse poder, as mulheres têm se construído como sujeitos coletivos, identificadas com o feminismo em processos concretos de organização, luta e alianças anticapitalistas.

Por sua vez, as empresas transnacionais, em seus processos de legitimação, incorporam cada vez mais o empoderamento das mulheres, a diversidade e a sustentabilidade ambiental em suas ações de responsabilidade social corporativa. O poder corporativo incorpora o que cabe do discurso feminista (fragmentado e encapsulado) em sua lógica de acumulação. Essa não é uma estratégia nova, mas que hoje se renova. A mercantilização das lutas e a “maquiagem lilás” são parte dessa estratégia corporativa, que ecoa no feminismo disperso e referenciado nos meios de comunicação hegemônicos, nas redes sociais e descolado de processos organizativos. E aqui é importante destacar como as correntes liberais do feminismo também se atualizam nesse cenário, e o papel que cumprem na permanente e atualizada “astúcia da história” (FRASER, 2009).

Se uma perspectiva liberal do feminismo sempre atuou para incluir as mulheres em legislações que anunciam – mas não implementam – uma igualdade de direitos e oportunidades (FARIA, 2005), hoje nos deparamos com um feminismo (neo)liberal que atua para “reduzir impactos” do capitalismo.

Não são poucas as iniciativas em espaços internacionais para produzir estudos sobre os “impactos de gênero” da atuação das transnacionais. A narrativa feminista (neo)liberal busca reduzir os impactos do neoliberalismo sobre a vida das mulheres sem alterar a lógica de acumulação capitalista e sua sistemática de violações. Projetos locais de incentivo ao empreendedorismo, financiados por grandes empresas, investem na desarticulação da organização popular que resiste nos territórios. A armadilha dos impactos já foi muito denunciada pelo feminismo anticapitalista na América Latina.<sup>75</sup>

*Redução de impactos, conciliação, compensação...* essa é uma gramática recorrente nas correntes liberais, muito vinculadas a organismos multilaterais. A *redução dos impactos* vem combinada com projetos de *empreendedorismo e microcrédito*. Frente a visibilidade da crise dos cuidados, se apresentam soluções privatizadas para *conciliação* (pelas mulheres) do trabalho profissional e doméstico (com flexibilização, trabalho a domicílio). E, para *compensar* a destruição de territórios e modos de vida de comunidades em um país, projetos com mulheres de povos

---

75 Ver, por exemplo, REMTE (2015).

indígenas são financiados em outra parte. Evidentemente, as violações e a lógica de acumulação seguem a todo vapor.

Por tudo isso, é preciso desconfiar quando os conceitos viram palavras dissociadas dos sentidos políticos e dos sujeitos políticos que os cunharam, uso de diversidade e empoderamento, gênero, raça e interseccionalidade (COLLINS, 2017), diversidade e empoderamento. Como já escrevemos em outro espaço (FARIA e MORENO, 2017), quando o feminismo não é constitutivamente antipatriarcal, antirracista e anticapitalista, suas reivindicações não apenas invisibilizam a maioria das mulheres, mas também são incorporadas as custas dessa maioria, ampliando a exploração sobre elas.

A atuação de correntes (neo)liberais despolitiza os conflitos e reduz o questionamento ao "machismo" a comportamentos de homens conhecidos, tirando o caráter sistêmico da opressão (FARIA, 2019). Isso faz com que pareça um avanço quando uma propaganda incorpora uma diversidade de mulheres ou fala de empoderamento, como as marcas de sabonetes da *Unilever*. Ou quando saem as chamadas a projetos locais que promovem o "empreendedorismo das mulheres", financiados pelas mesmas empresas que, posteriormente, disponibilizarão essas ações nos relatórios de sustentabilidade, comprovando que contribuem para os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, definidos no âmbito das Nações Unidas (*Avon, Coca-Cola, C&A, Vale, Walmart, L'Oreal* e a lista pode ir além).

*O capitalismo não compensa.* Essa lógica de compensação passa longe do que é uma luta anticapitalista. Se autointitulando feminismo e pretendendo hegemonizar o movimento, o objetivo da perspectiva liberal e individualista é que as mulheres (só algumas, é evidente) alcancem o topo sem necessariamente romper com as hierarquias, nem mudar as estruturas de acumulação e as práticas do poder. Não é demais ressaltar que isso se dá em um momento de crescente negação da política enquanto prática coletiva, de criminalização das lutas sociais, desqualificação e perseguição dos movimentos sociais e sindicais. A negação do próprio caráter do feminismo enquanto movimento social, e o foco em mudanças e comportamentos individuais têm como consequências o esvaziamento de seu sentido político de transformação social.

Organizadas nos territórios, quando se recusam a sair de suas comunidades e se colocam como obstáculos para o avanço das empresas, as mulheres e comunidades estão dizendo que não querem simplesmente reduzir os impactos da presença de uma transnacional da sua vida, mas querem manter seus modos de vida sem essa presença.

Explicitar essas diferenças e antagonismos entre o feminismo anticolonialista e correntes liberais, especificamente nessa dimensão da construção da agenda nos processos de luta territoriais e em âmbito internacional contribui para destacar uma especificidade do feminismo marxista. Trata-se de uma crítica ao limite da política centrada em direitos que tira do horizonte a superação do capitalismo racista e patriarcal. Ou seja, o horizonte não é incorporar mais mulheres a um poder constituído (seja no mercado, no Estado ou nos capítulos de gênero dos tratados de comércio e investimento). O objetivo é “*cambiarlo todo*” como dizem as companheiras latinoamericanas, rompendo com as lógicas de exploração, extrativismo e apropriação dos nossos tempos, trabalhos e territórios, colocando a sustentabilidade da vida no centro da ação feminista contra o capitalismo racista e patriarcal.

### **Para um marxismo feminista**

A discussão anterior mostrou algumas divergências de fundo no feminismo. As possibilidades de ampliação e massificação de um feminismo anticolonialista está relacionada não só com a atuação das feministas nessa disputa e construção, mas também com os desafios da esquerda socialista nos tempos atuais.

O reconhecimento e debate real sobre as contribuições das feministas marxistas precisa ser parte desse processo, avançando para um marxismo feminista com consequências para a organização política. Ao mesmo tempo, o renovado interesse nas críticas feministas ao capitalismo, perde muito quando desconhece as experiências e acúmulos das mulheres em movimento, que constroem a resistência anticolonialista desde seus territórios e em articulações latino-americanas. Recuperar e dar visibilidade às lutas das mulheres organizadas, aprender com esses processos e tê-los como referência é um caminho para esse debate, inclusive porque enfrentam no concreto da vida e da organização os desafios e também as contradições das lutas emancipatórias, atualizando formulações, fortalecendo a auto-organização das mulheres e construindo alianças.

Por décadas, as mulheres de organizações de esquerda afirmam “*Sem feminismo não há socialismo*”, questionando as tentativas de separar e secundarizar a luta das mulheres das lutas consideradas “gerais”, e as estratégias orientadas por uma conhecida visão “primeiro derrotamos o capitalismo, depois resolvemos a opressão das mulheres”. As lutas concretas demonstram, na prática, que essa separação é equivocada, e mais

atrapalha do que ajuda. Francisca “Pancha” Rodriguez, dirigente da ANAMURI no Chile, na última assembleia de mulheres da CLOC/Via Campesina,<sup>76</sup> retomou a longa e intensa trajetória de organização das mulheres camponesas. A síntese política dessas mulheres organizadas resumem uma pista para seguir: “*com feminismo construimos socialismo*”. Para além de representações ou notas de rodapés, sujeito e ação são fundamentais para um marxismo feminista.

## Referências:

- BHATTACHARYA, Tithi (org.). *Social Reproduction Theory: Remapping class, recentring opression*. Londres: Plutopress, 2017.
- COLLINS, Patrícia Hill. Se perdeu na tradução? Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória. *Parágrafo*, v. 5, n. 1, jun. 2017.
- FARIA, Nalu. Desafios feministas frente à ofensiva neoliberal. *Caderno Sempreviva*. São Paulo: SOF, 2019.
- FARIA, Nalu. O feminismo latino-americano e caribenho: perspectivas diante do neoliberalismo. In: FARIA, Nalu (org.) *Desafios do livre mercado para o feminismo. Cadernos Sempreviva*. São Paulo: SOF, 2005.
- FARIA, Nalu; MORENO, Tica. Apresentação. *Desafios feministas para enfrentar o conflito do capital contra a vida – nós mulheres seguimos em luta!* São Paulo: SOF, 2017.
- FEDERICI, Silvia. Marx, el feminismo y la construcción de los comunes. In: *El patriarcado del salario – críticas feministas al marxismo*. Madrid: Traficantes de Sueños, 2018.
- FERNÁNDEZ, Gonzalo. *Alternativas al poder corporativo*. Barcelona: Icaria, 2016.
- FRASER, Nancy. Las contradicciones del capital y los cuidados. *New Left Review*, v.100, p. 111– 132, out. 2015.
- FRASER, Nancy. O feminismo, o capitalismo e a astúcia da história. *Revista Mediações*, v.14, n.2, 2009.
- FRASER, Nancy; JAEGGI, Rahel. *Capitalism: A Conversation in Critical Theory*. Medford: Polity, 2018.

---

76 Disponível em: <http://www.cloc-viacampesina.net/vi-asamblea-de-mujeres/con-feminismo-construimos-socialismo-afirman-mujeres-de-la-cloc-lvc>

MARCELINO, Maria Fernanda; FARIA, Nalu; MORENO, Tica. *Trabalho, corpo e vida das mulheres: uma leitura feminista sobre as dinâmicas do capital nos territórios*. São Paulo: SOF, 2014.

MIES, Maria. Colonization and Housewifization. In: HENNESSEY, Rosemary; INGRAHAN, Chris (Orgs.) *Materialist Feminism: A Reader in Class, Difference, and Women's Lives*. Nova Iorque/Londres: Routledge, 1997.

MMM (Marcha Mundial das Mulheres). *Feminismo em marcha para mudar o mundo: trajetórias, alternativas e práticas das mulheres em movimento*. São Paulo: SOF, 2015

OROZCO, Amaia Pérez Orozco. *Subversión feminista de la economía: aportes para el debate sobre el conflicto capital-vida*. Madrid: Traficantes de Sueños, 2014.

REMTE (Red Latinoamericana Mujeres Transformando la Economía). *Las mujeres contra el libre comercio: una historia de resistencia y lucha*. São Paulo: SOF, 2015.